
HELSINQUE – Reunião do Grupo de Trabalho do GAC sobre Segurança Pública
Terça-feira, 28 de junho de 2016 – 08:15 às 09:15 EEST
ICANN56 | Helsinque, Finlândia

ALICE MUNYUA: Bom dia para todos.

Obrigado por estarem aqui tão cedo para começar esta sessão do grupo de trabalho sobre segurança pública.

Temos hoje uma agenda marcada que inclui uma atualização rápida das atividades realizadas pelo grupo de trabalho sobre segurança pública e depois vamos dedicar um tempo a nos preparar para tratar o tema do serviço de privacidade e proxy como preparação também para as reuniões que vamos realizar com a GNSO.

Eu quero apresentar aqui os membros desse grupo de trabalho que são especialistas na matéria, Wanawit que co-preside.

WANAWIT AHKUPUTRA: Bom dia.

CATHRIN BAUER-BULST: Bom eu sou a representante da Comissão Europeia.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

GREGORY MOUNIER: Bom dia. Sou Gregory Mounier Centro de Cyber Crimes da EUROPOL.

LAUREEN KAPIN: Laureen Kapin do represento a Comissão Federal dos Estados Unidos.

BOBBY FLAIM: Bobby Flaim do FBI.

ALICE MUNYUA: Eu sou Alice Munya, sou presidente do grupo de trabalho. Representante da Comissão Africana.

Vamos fazer uma atualização rápida que se refere ao serviço diretórios dos novos gTLDs , então vou passar aqui a palavra ao meu colega Greg.

GREGORY MOUNIER: Obrigado Alice.

Para aqueles que não estiveram na sessão intercomunitária dos RDS e PDP eu gostaria de fazer uma referência de forma breve. Vocês sabem que muito tempo se trabalhou com a reforma do WHOIS e PDP e já foi feito muito trabalho.

O grupo, por sua vez, dedicou os últimos 3 meses a fazer um mapeamento com os problemas principais dessa questão e agora estamos em uma segunda etapa onde identificamos aquelas contribuições principais dos possíveis requerimentos ou exigências do RDS da próxima geração.

Ainda não discutimos esses requisitos, ontem houve uma sessão pública onde todos os participantes apresentaram os requisitos e documentamos mais de 110 páginas com mais de 750 requerimentos diferentes que poderíamos ter no RDS da próxima geração e, no final desta reunião da ICANN, vamos começar a dividir esses requerimentos em grupo.

Outra tarefa que é a equipe de líderes. Que trata esse tema para tentar encontrar uma solução intermediária para podermos encontrar um consenso sobre esses requisitos, como vão ser tratados esses requerimentos, como serão tomadas as decisões para ver quais são pertinentes e quais não e depois desse trabalho, no final de 2016, vai ser publicado um primeiro relatório que será um novo relatório de questões que será apresentado perante o comitê.

Nessa etapa que estamos agora para o grupo de trabalho esse trabalho é importante porque nós temos nosso grupo de trabalho sobre segurança pública esteja apresentada a opinião do GAC nesses PDP então vamos informar as novidades.

ALICE MUNYUA: Passo a palavra para Suíça.

SUÍÇA: Obrigado Alice.

Uma pergunta muito rápida, os senhores veem alguma necessidade de que o GAC faça contribuições agora? Neste momento.

GREGORY MOUNIER: Sim. Seria muito importante.

O grupo de trabalho já fez um pedido informal para colocar aqueles requerimentos que não aparecem na lista e agora estamos trabalhando na comissão e nos diferentes membros para tentar ter definido o novo requerimento que se poderiam ser adequados para o GAC.

A ideia seria, na metade de julho, enviar uma lista rascunho dessas exigências que não aparecem nesse primeiro relatório para que os senhores analisem e nessa época seria apresentada ao grupo de trabalho de maneira mais formal. Mas agora o que queremos no grupo de trabalho é emitir uma série de solicitações de difusão externa que às vezes são mais formais que outras e não há uma obrigação para dar uma resposta.

Os prazos muitas vezes são muito breves, nós emitimos um na metade de junho e temos que ter já uma resposta agora. Então a estrutura do GAC nos permite, talvez, continuar avançando e trabalhando e também ter um pouco de flexibilidade quanto aos prazos para dar uma resposta.

ALICE MUNYUA:

Antes de Helsinki, acho que semana passada enviei um e-mail aos colegas do GAC para que soubessem a respeito dessa segunda solicitação informal de difusão externa e queria manifestar o grupo que seria quase impossível que o GAC pudesse fazer seus comentários em tempo e forma. Deveríamos esperar uma resposta para final de julho.

Essa é uma solicitação informal, a maioria desse documento já estão. Então o que vamos fazer é prover uma lista de documentos que já existem do GAC e vamos ter que voltar ao GAC para continuar com outros comentários.

Se não há outros comentários vou passar a palavra a Bobby Flaim que vai fazer uma atualização sobre o GAC com respeito ao acordo de habilitação dos registradores.

BOBBY FLAIM:

Obrigado Alice.

Eu queria fazer referência ao assessoramento que deve ser implementado a 3 áreas importantes.

Uma tem a ver com a especificação de WHOIS do RAA de 2013, mais especificamente a validação cruzada dos endereços. Isso é uma coisa que deveria ter sido implementada num prazo de 6 meses, a partir de que se assinou o RAA em janeiro de 2014.

Fizemos um acompanhamento ao longo do tempo, mas queremos que o GAC formalmente examine essa questão e faça solicitações para proceder a implementação. O que vemos agora é que isso pode pelo menos ser mencionado aqui e depois também pode ser elaborado um documento com perguntas específicas e em especial com a sessão que tivemos ontem sobre o assessoramento do GAC de acordo como comentou Manal ontem do ponto de vista da implementação, qual era a visão, quais os fundamentos.

Eu acho que isso deveria ser incluído para a validação cruzada que vamos solicitar e ver o que fez a ICANN até agora para cumprir com essa recomendação. Se há algum prazo, algum ponto definido, esse tipo de coisa. Isso é uma coisa que gostaríamos de pedir ao GAC de que analise com maior profundidade.

Também queremos levar em conta o assessoramento que deu o GAC na reunião de Beijing com respeito às medidas de proteção

gerais sobre o que tem a ver com phishing e software malicioso e o abuso desse tipo de coisas.

Eu sei que ontem houve uma reunião com os registradores, os registros, Bruce Tonkin da diretoria convocou essa sessão ontem e uma das coisas que disse o departamento de segurança da ICANN é que vão começar publicando algumas estatísticas.

Queremos fazer um acompanhamento e prestar atenção a esses dados. Isso se relaciona ao assessoramento dado pelo GAC em Beijing com respeito aos novos gTLDs, podem aparecer outras áreas importantes mas essas são as principais que nos interessam acompanhar para ver que custo deu o assessoramento dado pelo GAC, se foi implementado ou não e como será feita essa implementação.

Podem aparecer outras questões a mais, mas como já falei, o que temos planejado com nosso grupo, com a PSWG estamos trabalhando em um documento para apresentar ao GAC para receber apoio e depois apresentar a ICANN.

Essa é a informação que posso dar.

Também podemos receber umas perguntas para Mason Cole, quero pedir que faça uma atualização sobre a iniciativa dos domínios da Iniciativa de Domínios Saudáveis e ele é o representante da GNSO perante o GAC. É o presidente dessa

iniciativa de domínios então eu gostaria que ele fizesse uma atualização sobre os últimos acontecimentos e se há alguma forma que podemos promover uma boa prática sobre segurança e nós queremos ser parte desses esforços.

Ele fez parte dessa iniciativa na última reunião de Marrakesh, eles fizeram uma sessão. Ai as coisas são diferentes, mas talvez ele possa contar porque sempre é uma evolução constante nesse tema.

Não sei Alice como vamos proceder.

ALICE MUNYUA:

Podemos primeiro receber pergunta sobre registradores e depois podemos fazer esse acompanhamento.

Passo palavra a Irã.

IRÃ:

Bom dia para todos.

Uma vez que apareçam as estatísticas do abuso o que é requerido, ou seja, isso pode ter algum impacto sobre o assessoramento em si.

Quais são as ações posteriores à publicação dessas estatísticas?

Obrigado.

BOBBY FLAIM: Eu acho que, em primeiro lugar, temos que nos concentrar de que exista transparência para ter uma ideia clara do que acontece.

Depois ver se há alguma medida adequada a tomar do ponto de vista das obrigações contratuais, algum mecanismo do ponto de vista ativo que deva ser implementado.

Agora estamos tentando ver se as coisas estão bem encaminhadas ou não e como podemos trabalhar como comunidade para corrigir alguns problemas.

ALICE MUNYUA: Se não há outras perguntas passo a palavra para Mason Cole.

MASON COLE: Obrigado Alice.

Bom dia, eu sou Mason Cole, devem me conhecer como coordenador da GNSO perante o GAC e continuarei nessa função e também sou presidente do comitê da Iniciativa de Domínios Saudáveis que está sobre a proteção da associação de nomes e domínios que também é a organização profissional que reúne registros e registradores que representam os interesses desses organismos de diferentes formas.

Bobby pediu que eu faça um panorama atualizado sobre essa Iniciativa de Domínios Saudáveis e com prazer vou fazer, depois vou receber perguntas.

De forma rápida quero comentar qual é a proposta dessa iniciativa de domínios saudáveis, há 3 objetivos.

Em primeiro lugar estabelecer uma rede na indústria entre os diferentes sócios e parceiros para receber colaboração e comunicação e ter um espaço de domínio em constante evolução cada vez mais sadia e absoluta.

O segundo objetivo é identificar e promover as melhores práticas aceitas pela indústria para que os registradores possam implementar para promover padrões para os nomes de domínios saudáveis e a terceira função é para com as partes contratadas o desejo de implementar essas praticas e cumprir essas obrigações de custodia que existem essas questões de nomes de domínios. Com essa iniciativa começada já há 1 ano atrás reunimos muita informação dos registros e registradores e outras partes que tem interesse no espaço de nome de domínio.

Fizemos uma reunião em fevereiro em Seattle com 77 participantes e ali reunimos muitas ideias com respeito a como promover um espaço sadio com os nomes de domínios já do ponto de vista da operação como também do que deveria representar-se nesse espaço.

Em Marrakesh nós resumimos essas ideias numas poucas que poderiam, de forma razoável, ser implementadas. Isso está evoluindo, está se transformando em um documento de melhores práticas que estamos aperfeiçoando agora como primeiro produto dessa iniciativa de domínios sadios.

Como falou Bobby estou aqui para fazer uma atualização do que os senhores deveriam esperar do ponto de vista dos próximos passos a seguir e o que fizemos até agora.

Há mais uma coisa que quero mencionar, fizemos uma pesquisa de registros e registradores para podermos determinar o que é que já está feito, a partir das melhores práticas operacionais para promover um espaço de nomes e domínios sadios. Queríamos ver se as partes contratadas já estavam fazendo o que era necessário.

Estamos muito satisfeitos porque há trabalhos bem encaminhados, como por exemplo, o monitoramento para software malicioso, phishing também. Avaliação prévia ao registro. Para termos níveis TLDs de alta segurança.

Também a publicação de reclamações e abusos que foram informadas as ferramentas para otimizar essas reclamações, ou seja, tudo isso nos permite estabelecer uma linha básica, categorizamos as melhores práticas em 3 áreas, a primeira são operacionais que são as que recomendam e existiriam uma

dezena delas. Aqui asseguramos de ter centro no reconhecimento do abuso, manter também um ambiente que possa reagir rapidamente com essas melhores práticas e princípios perante os abusos e os requisitos do ponto de vista da informação e denúncia de abusos para as partes contratadas.

Eu sei que não temos muito tempo para entrar nos detalhes.

Por outro lado com as melhores práticas operacionais, que não estão em vigor, mas que poderíamos aplicar com o tempo. Algumas dessas práticas são complexas do ponto de vista operacional e deveriam ser implementadas em um tempo mais extenso, mas incluem coisas como ter certeza de que existe uma resposta oportuna a solicitação de dar baixa a um domínio que façam as autoridades ou os organismos de cumprimento efetivo da lei.

Eu sei que as partes contratadas estão interessadas em ampliar a relação com os mecanismos da lei por diferentes motivos, mas isso é uma coisa que poderíamos fazer. Compartilhar informação entre as partes contratadas para poder reduzir assim também o registro fraudulento de nomes e domínios. Isso inclui coisas como nomes de companhia, de formação de cartões de crédito e outros dados sensíveis e disponíveis dessa forma.

Também falamos em colaborar com autoridades de abuso infantil para poder chegar a ter um sistema de denúncias para o abuso infantil com software que se utiliza de forma maliciosa para cometer justamente esses tipos de crimes e que não leve em consideração as opções dos usuários quanto ao uso que se faz dos computadores.

Esses são exemplos de práticas operacionais. Terceira são as práticas adicionais que se poderia considerar em um futuro. São coisas como validadores de terceiros ou independentes, que seriam validadores com conhecimento especializado e a credibilidade necessária para validar as denúncias e se estabelecer uma relação de confiança entre essas partes de registro e registradores para poder manejar esses abusos. Outro exemplo seria um verificador, um programa notificador de confianças.

Os senhores devem ter escutado que os registros na indústria estabeleceram relações com especialistas em conteúdos, estas relações permitem também ver aqueles casos onde existem abusos e violações, busque direitos de autor e é uma forma que permite manejar essas situações e dar baixa a domínios ou mitigar o abuso do ponto de vista do que faremos a continuação. Revisar um pouco essas ideias.

Amanhã temos uma sessão sobre essa iniciativa. Vamos ver quais seriam os passos a seguir, como desenvolver esses conceitos, com os registros e os registradores.

Planejamos em 2017 fazer outra reunião de todas as partes interessadas e não só os registros e registradores, mas todos com o interesse no âmbito do espaço dos nomes de domínio poderiam estar presente se tiver como implementar estas novas práticas.

Percebo que meu resumo é muito breve. Estou disposto a responder qualquer pergunta que tiverem.

Obrigado Bobby. Alice.

ALICE MUNYUA:

Obrigado Mason.

Alguma pergunta ou comentário?

Fale Conselho da Europa.

CONSELHO DA EUROPA:

Obrigado senhora presidente.

Um comentário breve.

Do ponto de vista do Conselho da Europa eu sou Gianluca e eu queria agradecer pela apresentação em especial quero saber

com respeito a essas práticas operacionais para prevenir o abuso infantil isso é uma área onde ultimamente os nossos membros centram sua atenção trabalhando, não só para dar baixa em algum conteúdo, mas também para ver aqueles nomes de domínios que explicitamente publicam pornografia infantil e o abuso infantil.

Queria demonstrar que isso é uma medida que nos importa e recebemos com prazer.

ALICE MUNYUA: Obrigado Mason. Fale Tailândia.

TAILÂNDIA: Uma pergunta sobre o que você mencionou sobre registradores e registros e sua coordenação e sobre o notificador confiável.

Talvez haja problemas que delimitem, ou que tenham a ver com esses IPs e esses tipos de conteúdos e o notificador confiável vai ser incluído no escopo dessas discussões?

Muito obrigado.

MASON COLE: Obrigado pela pergunta.

Agora não, isso não inclui os notificadores confiáveis. Nessa fala de hoje, especificamente é uma infração aos direitos de copyright, então as partes contratadas devem ser muito cuidadosas para proteger os direitos de livre expressão e conseguir um certo equilíbrio.

Isso não está na agenda ainda.

ALICE MUNYUA: Aprecio a pergunta.

REINO UNIDO: Oi, eu sou Nick do Reino Unido.

Mason muito obrigado por ter vindo.

Eu tenho uma pergunta rápida. Sobre um assunto um pouco divergente. Quanto as melhores práticas dentro do HDI vocês também estão procurando desdobramentos e melhorias práticas de protocolo para facilitar a segurança como a DNSSEC e DMARC, é isso que vocês estão tratando também? Ou vocês estão pensando mais em outros estudos adicionais para o futuro?

MASON COLE: Muito obrigado.

Questões de segurança são questões que, como vocês já sabem, estão dentro das operações entre registradores e registros. Isso não entra dentro da ideia do HDI mas vamos tentar fazer com que todos os assuntos estejam representados por ideias de melhores práticas.

Eu tomo o seu conceito, obrigado.

ALICE MUNYUA:

Obrigado.

Não há mais perguntas?

Vamos passar a próxima meia hora falando sobre uma questão bastante importante para o GAC, a questão sobre questões sobre a accreditation de privacidade e proxy.

Há um relatório final que deve ser considerado pela diretoria e o GAC tem algumas apresentações que foram apresentadas perante a diretoria. Antes da finalização do relatório final que deveria ser remetido a diretoria e decidimos, então, aproveitar essa oportunidade para conversar sobre algumas das preocupações que foram levantadas por vários membros do GAC sobre vários problemas.

Em preparação para duas sessões que nós temos. Uma é essa aqui. O GAC vai observar novamente essas questões. Vai

conversar sobre as diferentes abordagens do PSWG, identificar algumas questões e tentar resolver uns assuntos e termos uma sessão conjunta, mas agora acho que vou deixar a Laureen Kapin e a Cathrin da Comissão Europeia fazer umas apresentações para preparar-nos para a próxima sessão.

LAUREEN KAPIN:

O que eu quero falar primeiro é falar um pouco sobre os antecedentes, depois identificar os aspectos chaves que devemos focar.

Como declaração preliminar quero esclarecer que o grupo de trabalho de segurança pública da às boas vindas e recebe com prazer essas questões e a accreditation sobre privacidade proxy e o processo PDP porque isso estabelece um marco para a accreditation dos provedores de serviço do proxy quando antes não existia isso. Isso é muito positivo, há muitos desenvolvimentos positivos que tem recomendação do grupo de trabalho.

Temos preocupações de que isso deve continuar para ter um impacto positivo e realmente ter que lidar com muitas questões difíceis. Essas são umas informações um pouco sobre a questão de base, mas o grupo de trabalho fez um relatório inicial em resposta a esse relatório o grupo de trabalho de segurança

pública remeteu comentários que foram aprovados pelo GAC manifestando preocupações.

Houve um relatório final que foi o resultado final do grupo de trabalho em alguns pontos não aceitou as preocupações que foram expressadas pelo grupo de trabalho de segurança pública endossado pelo GAC. Os comentários em primeira instancia refletiram as preocupações com políticas públicas, aqui nesse momento em que nos encontramos que essas recomendações já foram apresentadas a diretoria para serem aceitas.

Esse é o momento que se o GAC tiver alguma preocupação que deva ser resolvida esse é o momento para falar sobre isso. Quais são essas preocupações especificamente?

No GAC tivemos um documento informativo excelente sobre essa questão, sobre questões e a accreditation de serviços de proxy e privacidade de rótulos. O item 9 da agenda e especificamente havia 3 questões, ou problemas, identificados.

O primeiro tem a ver com a confidencialidade de solicitações e informações por parte das forças policiais quanto à confidencialidade e quando as forças policiais ou autoridades de expedição dos consumidores estão participando de pesquisas ou investigações sobre condutas criminosas ou fraudulentas. Procuram por informações que tenham a ver com nome de domínio.

Para que essas investigações continuem é importante que essas solicitações não sejam divulgadas ou reveladas ao alvo propriamente dito da informação. Porque é muito importante, porque se o alvo dessa informação souber de que as forças policiais estão procurando, poderá então haver muitos impactos negativos para a investigação.

Essas consequências daninhas podem mostrar pessoas lesadas, pode mostrar dinheiro que desaparece etc. é uma consequência muito importante e essa é uma coisa que não foi um requisito nas recomendações finais. Como via a seguir, existe um protocolo que se encontra no relatório do grupo de trabalho sobre uma questão análoga que tem a ver com como as informações em todo o contexto de IP são geridas.

Existe um protocolo específico para quando há alguma infração com as investigações. Há um modelo em que devemos observar que pode servir como analogia para o tratamento das solicitações das forças policiais. Isso pode ser tratado durante uma fase de implementação sobre serviços de privacidade e proxy, questões como credenciamento e recomendações.

Deve ser elaborado um certo protocolo que trate sobre as solicitações das forças policiais também para manter todas essas questões em sigilo.

Esse é um primeiro assunto.

Segundo, existe um problema sobre como as forças policiais são definidas em nível jurisdicional e agora o grupo de trabalho sugere que sempre que for possível exista a obrigação de responder as forças policiais e as solicitações das forças policiais dentro do provedor de serviço e dentro da jurisdição desse provedor.

Estamos em um mundo em que há falhas sim, em que as condutas criminosas não acontecem dentro de uma jurisdição, não somente, mas dentro do mundo inteiro. Vocês podem ter um criminoso em um jurisdição que envia direto para outra jurisdição que se comunica com parceiros em 4 jurisdições diferentes.

Podemos ter autoridades de direito do consumidor, policiais que estão funcionando em diferentes jurisdições de forma cooperativa para confrontar esse problema.

Se tivermos um protocolo que o provedor seja obrigado a tratar com os policiais de sua jurisdição então isso pode trazer problemas quanto à capacidade para que as forças policiais possam agir de maneira eficaz e coletivamente para resolver uma conduta criminosa ou fraudulenta. Esse é o segundo problema então que eu queria comentar.

Por último temos um terceiro problema sobre a questão de que pode haver diferenças de opinião sobre esse serviços de proxy e

privacidade devem estar permitidos para domínios que coletam dinheiro para bens e serviços.

O GAC endossa recomendações dos grupos de segurança pública que tinham defendido esses serviços, que esses serviços não deveriam ser permitidos dentro desse contexto. O fundamento disso é que quando o público fornece informações financeiras sensíveis, como informações sobre cartão de crédito, bancos, etc.

O público tem o direito de saber como esses dados serão tratados e também isso não deveria ser anônimo, não deveria ocultar identidades, etc. Essa é só uma questão que foi muito debatida, houve muitas reflexões dentro do grupo de trabalho e não chegaram a nenhum consenso sobre essa questão e o relatório final demonstrou uma decisão em que não haveria uma decisão entre entidades engajadas em serviços comerciais e outras entidades que não estivessem engajadas nessas atividades.

Todos deveriam utilizar esses serviços de privacidade e proxy. Novamente a questão aqui sobre a mesa é como avançar, como prosseguimos? Vou voltar para o começo e quero mencionar que há muitas coisas positivas sendo feitas no grupo de recomendações e estamos tentando encontrar um caminho pela frente para reforçar e equilibrar os problemas de políticas

públicas do GAC e tentar ver como encontramos uma via para fazer um bom trabalho para continuar avançando. Dentro do grupo de trabalho de PDP.

Tentar realmente ver como tudo isso constitui um bom equilíbrio de todos esses interesses.

Vou passar o microfone para Cathrin para ela dar uma explicação mais ampla sobre o que eu já mencionei.

CATHRIN BAUER-BULST: Muito obrigada.

Eu quero destacar dois pontos, temos esses 3 problemas que a Laureen levantou e que foram apresentados perante o GAC, mas na sua natureza eles não requerem que haja uma reabertura do processo de elaboração de políticas mas que sejam abordados na implementação das recomendações da GNSO.

Isso pode ser feito durante a implementação do processo e em segundo lugar Laureen já mencionou isso, eles realmente não questionam o excelente serviço de privacidade que os serviços de privacidade e proxy fornecem.

O princípio geral de darmos uma excelente privacidade para os usuários que não desejam que suas informações estejam no WHOIS estão sendo levados em conta.

Vou passar agora para Alice Munyua para iniciar o debate.

ALICE MUNYUA:

Houve várias perguntas.

Alguém perguntou se o PDP da GNSO e também de partido representante da Suíça que perguntaram sobre essas questões e eu coloco aqui o slide que explica a fundamentação para que todos vocês possam ver. Mas eu vou começar um pouco a mencionar isso até aparecer o slide.

Os provedores de serviço de proxy e privacidade não tem a exigência de manter essas informações de maneira confidencial e os comentários que eles receberam, mais de mil comentários, da comunidade o grupo de trabalho não elaborou o marco de divulgação devido a autorização e a questões de confidencialidade.

Essa foi a fundamentação e também pensamos que houve uma expertise, aplicação de lei, faltou isso dentro do grupo de trabalho e também as questões de definição do acordo de credenciamento que também é uma coisa que deve ser revisada, é algo que devemos levar em conta por enquanto e não é algo que o PSWG tenha recomendado por enquanto.

Aceitamos isso como uma verdadeira fundamentação e também mencionaram que tinham considerado exaustivamente as

decisões sobre políticas para permitir que usuários de organizações comerciais possam continuar.

Isso destacou a definição de atividade comercial ou transação financeira online. Novamente mencionando que essa opinião refletiu a opinião da grande maioria dos comentários públicos focados nos riscos de privacidade e na necessidade de proteger as pequenas empresas e de permitir um diálogo político.

Essas são algumas das fundamentações fornecidas pelo grupo de trabalho de PDP e isso vai para os membros do GAC que solicitaram essas informações.

Há alguma pergunta? Esse seria o momento.

Obrigado.

CONSELHO DA EUROPA: Eu sou Pete do Conselho e estou representando o Comitê de Proteção de Dados do Conselho da Europa.

Eu tive uma reação rápida, se bem que não faço parte desse grupo de trabalho. Esses termos são muito familiares. Queremos compartilhar os nossos pontos de vista sobre eles.

A confidencialidade, eu acho, é menos problemática do que parece a simples vista. Porque se nos referimos a proteção de dados, a regulação desses dados no mundo todo, atualmente

temos 108 países que estão aplicando as normas sobre proteção de dados.

Basicamente em todas essas regulações existe uma isenção para os organismos que aplicam a lei para notificar os temas referidos alados e isso permite identificar o sujeito dos dados e isso pode levar a um efeito negativo em uma referência as leis sobre privacidade da legislação internacional sobre proteção de dados.

A lei é permitida a confidencialidade que está baseada e fundamentada. O segundo assunto é um pouco mais problemático. Como nós já experimentamos, nós nos encontramos com o mesmo problema do grupo de evidências sobre a nuvem, que é um grupo que está dentro do marco do Conselho da Europa e a implementação da Convenção de Budapeste sobre o crime cibernético e para compartilhar evidencia ou provas entre as autoridades de aplicação da lei eu quero marcar agora atenção dos senhores e fazer referência novamente aos instrumentos legais interacionais e as leis nacionais.

Porque existe uma Convenção de Budapeste que permite em alguma medida que se compartilhem as provas e evidências entre os diferentes organismos de aplicação da lei. Para dar um exemplo muito básico, se uma autoridade francesa de aplicação

da lei quer ter evidencia de um fornecedor de serviços da Finlândia sobre a legislação europeia seria impossível.

Eu sei que em outras jurisdições existe também esse problema. O que nós estamos incentivando a fazer no marco da Convenção de Budapeste é ter uma melhor cooperação dentro dos organismos de aplicação da lei e dentro também daqueles membros que aplicam a lei para compartilhar informação utilizando as ferramentas que existem entre eles.

Esta seria a reflexão que eu queria compartilhar com os senhores neste momento.

Obrigada.

ALICE MUNYUA:

Obrigado, mais algum comentário?

Primeiro Indonésia depois Espanha.

INDONÉSIA:

Obrigado. Eu queria saber um pouco mais sobre o alcance do grupo de trabalho do PDP e os estudos realizados.

Ali também são incluídos dados pessoais públicos apresentados aos operadores?

E o que acontece se esses organismos de organização da lei querem receber esse tipo de informação, por exemplo o Google Maps. Quando eu comprei o meu telefone celular já tinha ali um Google Maps. E o operador com certeza sabe onde estou localizado em um momento determinado. Os organismos de aplicação da lei tem mais ou menos acesso aos dados de informação pública desse tipo?

Porque tendo esses dados o operador de Google, por exemplo, pode saber se eu estou indo mais rápido ou mais lento, ou se a rota na qual eu estou ou a rua na qual estou tem algum problema de transito ou não. Por exemplo, meu amigo Bobby pode ter acesso a essa informação? Isso se aplica a outras questões também?

Agora temos câmeras ou satélites de alta resolução que podem ver minha casa, por exemplo. Nós discutimos este assunto na ITU e amanhã se alguém estiver voando por cima da minha casa pode saber se estou tomando banho ou não.

Isso pode acontecer daqui a 3 ou 4 anos. O que eu quero saber é se vamos ter acesso. Se na estratosfera alguém vai ter acesso ao que acontece dentro da minha casa.

BOBBY FLAIM: Olá, não, eu acho que estamos aqui falando uma coisa bem diferente.

Estamos falando de serviço de privacidade e representação para nome de domínio. O alcance nesse sentido é muito mais limitado. Estamos falando aqui de que quando se registra um nome de domínio se queremos que essa informação seja de conhecimento público ou privado. Se queremos que haja direitos de representação que vão ser para ocultar essa informação.

ALICE MUNYUA: Espanha.

ESPANHA: Eu tenho 3 comentários para fazer. Com respeito aos requerimentos vinculados a confidencialidade eu gostaria de apoiar os comentários do meu colega do Conselho da Europa.

Dentro da jurisdição europeia as leis de proteção de dados oferecem, ou permitem, fazer uma exceção para que o titular dos dados possa dar o seu consentimento para que essas organizações públicas ou autoridades, as promotorias obtenham dados sem ter que obter o consentimento prévio dos indivíduos.

O motivo pelo qual considero que o indivíduo vai ter oportunidade de ver todas as provas colhidas e poder, dessa forma, se manifestar na sua defesa, depois no processo e que depois essa pessoa vai ficar sem qualquer defesa. O que nós podemos fazer é tentar evitar que essa pessoa destrua essa vivência.

O segundo comentário tem a ver com uma preocupação sobre os fundamentos dados pelo grupo de trabalho para não divulgar os dados. Não proibir as atividades comerciais e o uso do serviço de privacidade nesse sentido. Se os tribunais solicitam serão entregues os dados.

Eu quero lembrar que segundo a tradição jurídica de alguns países como Espanha e França, as autoridades administrativas tem a possibilidade de estabelecer políticas públicas e fazer cumprir as leis. Isso especialmente acontece quando falamos da proteção aos consumidores. Nesse ponto e também de fraude aos consumidores são tratados pelas autoridades administrativas.

Quando falamos de tribunais aqui temos que ser conscientes de que talvez algumas autoridades públicas não teriam a possibilidade de recorrer aos tribunais. Porque há tradições jurídicas nacionais que não preveem essa possibilidade.

O terceiro comentário que quero fazer é lembrar aos senhores que a participação do GAC no trabalho do grupo de trabalho. O GAC fez comentários de forma prematura e não foram levados em conta pelo grupo de trabalho. Se estabeleceram todos os fundamentos, mas o resultado é que não foi levado em conta essa opinião. Talvez na etapa de implementação possam reconsiderar esse ponto.

Se o GAC vai dar uma assessoramento para tratar as recomendações do GAC na etapa de implementação eu acho que deve existir um incentivo para que a GNSO, ou quem for que esteja trabalhando na implementação, leve a sério essa questão.

É por isso que eu acho que isso se especificou no rascunho de assessoria do GAC. Diz ali que a diretoria emitiu uma instrução para os implementadores para que levem a sério esse ponto e encontrem a forma de dar espaço a essas recomendações.

Se não se incorpora na etapa de implementação as recomendações pertinentes são aquelas que se vinculam a esse ponto, voltarão à diretoria.

Alice: Obrigada Espanha. Reino Unido e depois Canadá.

REINO UNIDO: Obrigado Alice.

Quero fazer algumas observações.

Recebo com prazer os comentários de Laureen. Não queremos reter, ficar nesse tema. Sabemos que é importante ter habilitação neste âmbito. Estava escutando os comentários de Cathrin com respeito à etapa de implementação e de revisão que poderia ser durante essa etapa de implementação dessas recomendações.

Existiram também algumas discussões sobre como poderia acontecer essa revisão e, também, alguma retroalimentação formal e informal dos membros da GNSO sobre esta ideia com a GNSO e talvez uma coisa que eu mesmo possa responder também considerou como poderia colaborar como GAC nesse sentido.

ALICE MUNUYA: Obrigado Reino Unido.

O assessoramento proposto aqui foi colocado à consideração do GAC e foi levado em consideração durante a revisão.

Vou permitir a Mason com respeito se a GNSO como poderiam tratar algumas considerações que foram dadas pelo GAC.

MASON COLE: Obrigado Alice.

A GNSO está consciente do desejo do GAC de revisar essa questão. Há uma reunião programada entre a GNSO e o GAC. Acho que será amanhã no qual será tratado esse assunto.

Eu não acredito que a GNSO tenha já determinado de forma completa como vai tratar essa decisão e o desejo do GAC, mas será tratado na reunião.

ALICE MUNYUA: Temos uma sessão conjunta para tratar disso.

Cathrin quer responder o Conselho da Europa, depois passo a palavra.

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigado Alice. Para evitar maus entendidos apoio o que falou Gema. O Conselho da Europa disse de forma certa que o marco da proteção de dados não é um obstáculo para a primeira recomendação do GAC.

Com respeito à segunda recomendação sobre o conceito de responder as solicitações. Não só de um organismo encarregado o cumprimento efetivo da lei que está estabelecido no próprio território que os serviços de privacidade e representação. Quero

lembrar que os participantes que estavam falando nos âmbitos jurídicos.

Um que se vincula a Convenção de Budapeste que está implementado através das leis penais e que impacta no fortalecimento das solicitações. Estamos falando de evitar um protocolo e que essas solicitações fiquem totalmente excluídas do protocolo para implementação do contrato.

Essas seriam solicitações para todos os tipos de informações que podem ser feitas de forma voluntária. Falo aqui da perspectiva dos estados membros da UE.

O entendimento de que temos a base composta pelos relatores de transparência dos principais fornecedores e essas solicitações se fazem de forma voluntária para apresentar todo o tipo de informação dos subscritores e a questão é se essas solicitações podem ou não serem exigíveis através de um meio implementado por uma autoridade.

Estamos falando de duas categorias diferentes, mas não obstáculo jurídico.

ALICE MUNUYA:

Canadá agora.

CANADÁ:

Obrigado Alice.

Obrigado Laureen e Cathrin pelas apresentações.

Com certeza reconhecemos que os organismos de cumprimento efetivo da lei tem que ser acessos a mecanismos eficazes em vigor para acessarem a informação do juiz de forma legítima e também valorizamos a importância e confiabilidade que é a informação do juiz e que ajuda essas investigações do ponto de vista do serviço de privacidade e habilitação recebeu uma quantidade enorme de comentários, como 10.000 comentários.

O relatório final é a conclusão de uma discussão muito rigorosa depois de 2 anos de tarefas complexas com uma variedade de perspectivas incluídas ali do ponto de vista das empresas médias e pequenas a propriedade intelectual, o cumprimento da lei, a proteção de consumidores. Acho que temos sentido urgência para avançar.

Entendemos também que o RAA tem uma especificação que trata sobre a colheita de dados de juiz. Isso vence em janeiro do ano que vem e o trabalho realizado não levou em consideração esta base para substituir essa aplicação.

Canadá apoia o avanço dos relatórios com independência desses comentários e se há alguma oportunidade para tratar as

preocupações mais recentes do grupo de trabalho de segurança do GAC.

Eu acho que deveríamos aproveitá-las para explorar essas questões durante a implementação e como já falou Cathrin isso não tem a ver com desfazer o trabalho feito até agora, mas complementá-lo.

Com certeza nós não queremos reter o relatório até ficarmos satisfeitos com a implementação.

Muito obrigado.

ALICE MUNUYA:

Pedi a palavra Suíça e depois temos um participante remoto. Suíça.

SUÍÇA:

Obrigado Alice.

Em primeiro lugar eu quero agradecer esse relatório tão valioso. Todas as fundamentações. Eu acho que dá uma visão geral muito boa, em especial com os antecedentes dessa questão.

Quero pedir um esclarecimento porque escutei algumas expressões que talvez poderiam não ser totalmente coerentes e não sei se entendi tudo de forma correta. Quando são apresentadas as questões que mencionam que algumas

recomendações não são coerentes com o assessoramento dado pelo GAC.

Com respeito à possibilidade de encontrar uma solução intermediária do período de implementação escutei também que podem existir algumas dificuldades maiores em alguns aspectos.

Portanto, o que eu gostaria de perguntar é se tem mais informação sobre, especialmente, no que diz respeito a ICANN, ao pessoal da ICANN, aos membros da GNSO, que possam fazer parte da equipe de revisão, da implementação.

Qual é a sua avaliação com respeito a como as nossas recomendações poderiam conciliar-se durante a etapa de implementação com suas próprias recomendações?

Eu acho que isso é muito importante para ter a certeza de que nos encaminhamos com o alvo colocado na conciliação, na fase de implementação. Mas isso é possível, ou viável, porque se não há vontade para conseguir ou chegar a essa conciliação acabaríamos com um trabalho na implementação que não seria coerente com as nossas recomendações.

Isso seria contraproducente para o entendimento com o mundo que queremos que surja desse trabalho e para continuar avançando.

No que tem a ver com assessoramento, de forma de rascunho, eu recomendarei que a diretoria com o GAC e o grupo de trabalho sejam consultados. Mas a minha sugestão é que exista alguma pessoa do grupo de trabalho de segurança pública. Eu sei que isso significa mais trabalho para os senhores, mas que isso se inclua na equipe de revisão.

Isso vai permitir avançar melhor com as coisas.

ALICE MUNYUA:

Muito obrigado.

Para responder o Canadá e as preocupações o grupo de trabalho de segurança pública não está recomendando que sigamos esse processo.

O que devemos considerar durante a sessão conjunta como resposta a Suíça, tivemos uma reunião conjunta com a diretoria da ICANN e a GNSO para discutir algumas maneiras de avançar e de tratar as nossas preocupações do GAC e tudo isso poderia ser abordado durante a fase de implementação.

Temos os Estados Unidos, a Austrália e depois Mary Wong e depois acho que deveríamos observar as recomendações do GAC sobre o PSWG.

Estados Unidos.

ESTADOS UNIDOS: Só quero encaixar o que já foi dito antes, alguns comentários feitos pelo colega da Suíça.

Há tantas coisas positivas que surgem das reuniões do PDP que acho que não seria bom seguir essas recomendações, enquanto isso temos um diálogo construtivo com a GNSO. Sempre que for possível tentar obter maneiras de abordar essas preocupações dependentes para implementação.

Para como podemos avançar e o conceito é de alguma maneira enviar as recomendações e termos uma interpretação que nos levaria a uma aprovação das recomendações.

Eu vejo isso como uma alternativa a continuar com esse diálogo com a GNSO para melhorar também a accreditation para serviços de proxy e privacidade.

ALICE MUNYUA: Obrigada, agora Austrália.

AUSTRÁLIA: Amanhã eu sei que temos uma sessão fechada do grupo de trabalho de segurança pública e só quero fazer uma observação geral de que o grupo de trabalho do GAC e outros grupos e membros da comunidade mencionaram que todas as sessões

do GAC são abertas e que, inclusive as sessões de redação de comunicação abertas agora para toda a comunidade, isso em principio geral, só queria mencionar isso.

ALICE MUNYUA: Obrigada. Agora outro representante.

PESSOA NÃO IDENTIFICADA: Obrigado Alice.

Só queria mencionar sobre o que disse o Jorge sobre as recomendações para o GAC, para o PPSAI foram coerentes ou não foram coerentes e além desses 3 problemas há uma área para a qual a recomendação do GAC não é congruente com as recomendações dos grupos de trabalho.

Portanto, essa preocupação não deveria ser implementada, essa recomendação deveria ser implementada da maneira que o GAC implementou. Deveríamos trabalhar sobre isso.

Temos essa questão sobre provedores não comerciais que fornecem serviços financeiros podem ou não podem utilizar os serviços de privacidade proxy.

Começamos com uma discussão sobre maneiras possíveis de tratar essa discussão em vez de tratar as questões subjacentes do GAC. Por exemplo, esses servidores poderiam estar

ocultando atividades criminosas. Ao elaborar esse sistema de descreditação para esse servidores poderiam conseguir isso.

ALICE MUNYUA:

Obrigado Júlia.

Acho que deveríamos considerar isso. Eu coloco esse slide aqui para ver essa questão e como podemos ver o grupo de serviço fez aqui uma redação possível sobre o que deveria ser considerado e quanto ao que disse a Júlia existe a possibilidade.

Eu sei que temos pouco tempo, mas eu quero aqui mostrar uma ideia de fazer um marco para as forças da lei e continuar com o dialogo como foi mencionado por vários colegas.

A possibilidade também de explorar e como poderíamos resolver e tratar algumas das preocupações do GAC durante a fase de implementação da revisão e também procurar o feedback a medida que o processo de implementação possa continuar.

Temos outras recomendações, mas eu devo encerrar essa sessão porque temos pessoas esperando para a próxima sessão e passo o microfone para a coordenadora dessa sessão, por parte do GAC.

Agradeço pela atenção.

OLOF NORDLING:

Em nome do GAC e eu quero lembrar aqueles que estão aqui sentados e que não sejam observadores ou representantes do GAC que, por favor, deem prioridade aos representantes do GAC quanto à utilização de declarações no microfone.

Vamos começar daqui a uns minutos com a sessão seguinte.

Muito obrigado.